



INFORMATIVO VIRTUAL

Boletim

REPAM-Brasil





MULHERES DA AMAZÔNIA SE MOBILIZAM POR SEUS DIREITOS NO 8 DE MARÇO

Do Amazonas ao Maranhão, passando pelo Acre, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Mato Grosso e Tocantins, milhares de mulheres se mobilizaram na sexta-feira, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para reivindicar seus direitos.

Celebrado no dia 8 de março, desde 1909, o Dia Internacional de Luta das Mulheres celebra as conquistas das mulheres e relembra a luta pela igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

Este mês, mulheres de toda Amazônia se mobilizam pelo direito de existir. Confira as mobilizações que ocorreram na região organizadas pelos grupos, comitês e núcleos da REPAM.

Pisa ligeiro! Pisa Ligeiro! Quem não pode com as MULHERES, não assanha o formigueiro!

Fórum pelo Dia Internacional das Mulheres

Com o tema “Tecendo o Tempo e a Vida no Território”, mulheres da Pan-Amazônia se reuniram no dia 8 de março para debater a violação dos direitos das mulheres e refletir sobre a violência aos corpos e territórios das mulheres sob a ótica jurídica, com a participação da Dra. Deysy Elizabeth Vásquez Rojas. Durante a atividade, também ocorreu a leitura do manifesto sobre o Sínodo da Sinodalidade.

Marcha pela Vida das Mulheres e Defesa dos territórios em Abaetetuba (PA)

As mulheres do Baixo Tocantins marcharam, no dia 8 de março, no ato #8M “Pelos Vidas das mulheres em defesa dos territórios”. A mobilização aconteceu na Orla de Abaetetuba, na rua Justo Chermont e Dom Pedro II, no Centro (em frente ao letreiro “I Loue Abaetetuba”), em Abaetetuba (PA).



Manifestação em Manaus: O medo não vai nos parar!

No dia 08 de março, Dia Internacional das Mulheres, mulheres das organizações, movimentos, grupos e apoiadores participaram do ato “O medo não vai nos parar”; a partir das 15h, na Praça da Matriz, no centro de Manaus (AM). Às 16h, a caminhada sairá em direção ao Largo de São Sebastião, onde ocorrerá um ato cultural.

V Feira das Mulheres Camponesas do Tocantins

Entre os dias 8 e 9 de março, ocorreu no Parque Cimba, em Araguaína (TO), a V Feira das Mulheres Camponesas do Tocantins – “Semear saberes e fazeres para colher saúde e autonomia. A atividade apresentou diversos produtos da agricultura familiar vindos de 30 comunidades camponesas do estado e integrou a programação do Dia Internacional da Mulher, fazendo referência a luta e trabalho das mulheres camponesas e tradicionais que dedicam suas vidas à produção de alimentos saudáveis e artesanatos únicos.

III Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas

Nos dias 21 e 22 de março, em Óbidos (PA), ocorreu o III Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas, com o tema “Gênero e Clima: impactos interseccionais”.

2º Encontro das Mulheres Indígenas da T.I Sororó

As mulheres indígenas da Terra Indígena Sororó (TI Sororó), em Marabá (PA), realizaram, entre os dias 15 e 16 de março, o 2º Encontro das Mulheres Indígenas da T.I Sororó.

Pela Vida das Mulheres! Da Amazônia à Palestina nenhuma à menos!

No Dia Internacional das Mulheres, a Frente Feminista Pará levou centenas de mulheres as ruas em defesa das nossas vidas com o mote “Pela Vida Das

Mulheres Da Amazônia à Palestina. Nenhuma a Menos!”. Em defesa dos territórios, contra a fome, as mulheres marcharam contra todas as formas de violência e o genocídio do povo palestino. A concentração ocorreu na Praça da República, em Belém (PA).

Caminhada das Mulheres no Xingu (PA)

Com o tema “enfrentando as violências contra as meninas e mulheres e o cuidado com a saúde mental e mudanças climáticas”, as mulheres do Xingu realizaram, no dia 8 de março, a Caminhada das Mulheres. A concentração ocorreu em Altamira (PA), na calçada da Loja Americanas na Rua 7 de Setembro.

Seminário Estadual de Mobilização no Maranhão

No Maranhão, as mulheres participaram do Seminário Estadual de Mobilização – “Projeto de Lei Estadual de Iniciativa Popular contra Agrotóxicos”, nos dias 8 a 10 de março, na Casa de Retiro Oásis, em São Luís.

2º Marcha Nacional de Mulheres Negras

Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) realizou, no dia 21 de março, a II Marcha Nacional de Mulheres Negras. Na ocasião, também foram lançados os Comitês Estados Impulsores rumo à 2ª Marcha.

Março das Originárias

Com o tema: “Março das Originárias: Parem as violências contra o nosso corpo território”, a ANMIGA promoveu uma agenda de debates ao longo do mês que marcou a luta das Mulheres Indígenas por igualdade de gênero. Iniciando com uma live no dia 08 de março, com a participação de mulheres indígenas de todo o país. A cada semana do mês de março, as mulheres de todos os 6 biomas brasileiros, se reuniram para discutir e debater diversas pautas.



REPAM divulga a Carta Manifesto das Mulheres da Amazônia

No documento, as mulheres celebram as conquistas, reafirmam o compromisso com a igualdade de gênero e a justiça social. As mulheres continuam a ser desfavorecidas, apesar da sua grande participação na vida e no serviço pastoral. As mulheres continuam a viver num contexto violento de machismo, autoritarismo, clericalismo, marginalização, invisibilidade e exclusão, problemas que não permitem avançar na comunhão e na sinodalidade na Igreja e sociedade.

A luta das mulheres na Pan-Amazônia é de extrema importância, pois elas são frequentemente as mais impactadas pelos problemas ambientais e sociais da região. Elas enfrentam desafios como degradação ambiental, perda de território e recursos naturais, violência de gênero, falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação, entre outros.

O manifesto foi divulgado no Fórum de Mulheres da Amazônia, a live foi transmitida no Dia Internacional da Mulher (8/3), o documento é em solidariedade a todas as mulheres do mundo que exercem sua missão e serviço sócio pastoral junto a Igreja e Sociedade.

É um documento que expressa a voz das mulheres amazônicas que nos recordam vivamente que promover um tratamento digno e justo às mulheres na Igreja e sociedade não é uma questão de sensibilidade feminista, mas a procura de uma melhor resposta às exigências do Evangelho e o desejo sincero



de contribuir para que nossa Mãe Igreja e sociedade responda às necessidades concretas e às exigências atuais na valorização, respeito a vida e missão das mulheres no mundo.

A carta foi assinada pela REPAM (Rede Eclesial Pan-Amazônica) e da CEAMA (Conferência Eclesial da Amazônia).

No documento, as mulheres da Amazônia destacam:

“Nos dói muito que este sistema sexista, conservador e clericalista ainda se mantenha, com poucas oportunidades para as mulheres numa Igreja dominada por homens. Nos dói que em muitos espaços eclesiais exista uma “teologia patriarcal de subordinação, controle e dominação de pessoas, grupos e comunidades em relação a valores como o estatuto social, a raça, o gênero e a religião”.

“Nos dói também o silêncio perante a grave situação de violação dos direitos das mulheres, a discriminação de gênero, a violência sexista, a diferença salarial, a falta de representação das nossas mulheres dirigentes, o aumento dos feminicídios, das ameaças, assédios e assassinatos de mulheres defensoras dos direitos humanos e do ambiente.”

Clique aqui para baixar o documento em PDF ou leia, abaixo, a carta na íntegra:



MANIFESTO DAS MULHERES DA AMAZÔNIA

No Dia Internacional da Mulher, as mulheres da REPAM (Rede Eclesial PanAmazônica) e da CEAMA (Conferência Eclesial da Amazônia) se unem em solidariedade a todas as mulheres do mundo para celebrar nossas conquistas, reafirmar nosso compromisso com a igualdade de gênero e a justiça social, inspiradas no exemplo de amor e misericórdia de Jesus. E refletir sobre os desafios que ainda enfrentamos, manifestando nossa dor por nossa Igreja afônica, com medo de abraçar e atualizar o Concílio Vaticano II, de responder à mensagem libertadora de Aparecida, segundo a experiência eclesial do Continente, temerosa do diferente que não reconhece, não valoriza e não destaca:

Reconhecer o compromisso desta ação, que se materializa na presença, obras e serviço das mulheres – congregações religiosas femininas e grupos de leigas – na região Pan-Amazônica em atividades pastorais, catequese, pastoral social, missões, voluntariado e formação.

Que a presença das mulheres é significativa é imperativa. Que a sua ministerialidade, liderança e protagonismo sejam amplamente reconhecidos. Em nossa Igreja de hoje, queremos ter acesso à funções e serviços eclesiais que “implicam estabilidade, reconhecimento público e mandato do bispo” (Qam, 103). E não apenas de forma passiva, sem voz ou voto nas estruturas eclesiais de decisão, como nos conselhos paroquiais e diocesanos, sem o reconhecimento da ministerialidade que Jesus reservou às mulheres, e sem acesso à diaconia.

As mulheres continuam a ser desfavorecidas, apesar da sua grande participação na vida e no serviço pastoral.

As mulheres continuam a viver num contexto violento de machismo, autoritarismo, clericalismo, marginalização, invisibilidade e exclusão, problemas que não permitem avançar na comunhão e na sinodalidade.

Recordamos vivamente que promover um tratamento digno e justo às mulheres na Igreja não é uma questão de sensibilidade feminista, mas a procura de uma melhor resposta às exigências do Evangelho e o desejo sincero de contribuir para que nossa Mãe Igreja responda às necessidades concretas da sociedade e às suas exigências atuais.

A assembleia continental e os processos de escuta sinodal são um apelo a uma reflexão mais profunda sobre a plena participação das mulheres nas diferentes instâncias eclesiais, a aceitar a realidade das falhas relacionais entre os diferentes sujeitos eclesiais (especialmente entre homens e mulheres), que são também falhas estruturais que afetam a vida das mulheres e de toda a Igreja.

Por justiça e dignidade, exigimos hoje um papel diferente em nossa Igreja. É uma exigência antiga que requer ir além das meras afirmações de uma Igreja sinodal e em saída. Precisamos que a nossa voz tenha força vinculativa e promova a erradicação de todas as formas de autoritarismo, discriminação e exclusão das mulheres na Igreja e na sociedade.

Que a nossa Igreja faça mudanças nas suas estruturas e procedimentos para criar espaços onde a dignidade batismal comum, a igualdade e a corresponsabilidade na missão sejam não só afirmadas, mas exercidas e praticadas.

Escutem e ponham em prática o que o Espírito está a clamar e chamar nos diferentes processos de



discernimento, porque já há clareza sobre os desafios pastorais a enfrentar, se quisermos falar de justiça, igualdade e respeito irrestrito pelos direitos humanos das mulheres na vida da Igreja: erradicar a justificacão de hierarquias de poder de uns sobre outros e enfrentar o clericalismo.

Nos dói muito que este sistema sexista, conservador e clericalista ainda se mantenha, com poucas oportunidades para as mulheres numa Igreja dominada por homens. Nos dói que em muitos espaços eclesiais exista uma “teologia patriarcal de subordinaçã, controle e dominaçã de pessoas, grupos e comunidades em relaçaõ a valores como o estatuto social, a raça, o gênero e a religiã”.

Nos dói também o silêncio perante a grave situaçã de violaçã dos direitos das mulheres, a discriminaçã de gênero, a violênci sexista, a diferença salarial, a falta de representaçã das nossas mulheres dirigentes, o aumento dos feminicídios, das ameaças, assédios e assassinatos de mulheres defensoras dos direitos humanos e do ambiente. Diante da exploraçã e do abuso moral e sexual, dos riscos sociais causados pela implantaçã de grandes projetos de infraestrutura, da exploraçã dos recursos naturais

por grupos econômicos e políticos, do avanço do narcotráfico e da falta de políticas básicas que garantam os direitos inalienáveis das mulheres e seus territórios na Amazônia, pedimos às autoridades civis um maior compromisso com a defesa da vida das mulheres, gestoras da vida da humanidade.

O Espírito nos chama à conversã, porque chegou o momento de dar passos concretos para renovar e reformar os nossos procedimentos, disposições institucionais e estruturais, de modo a permitir a participaçã plena e ativa das mulheres ministras nos processos de governança e de tomada de decisões, dando-lhes voz e voto nos órgãos de decisã da Igreja.

Somos, portanto, encorajadas a pedir uma mudança radical, que é essencial se quisermos alcançar a sinodalidade. A Igreja na Amazônia quer alargar os espaços para uma presença eclesial feminina mais incisiva. A 2ª Assembleia para o Sínodo sobre a Sinodalidade é mais uma oportunidade para que ninguém seja excluído!

Manaus-AM, 08 de março de 2024

Núcleo de Mulheres e Amazônia

Núcleo de Mulheres da CEAMA

REPAM-Brasil divulga Calendário de Atividades 2024

Entre as ações do calendário da Rede, estão previstas reuniões, encontros, seminários, formações e entre outras atividades.

Acesse o QR Code e faça o download!





PAPA FRANCISCO: 11 ANOS DE PONTIFICADO PELO CUIDADO COM A CASA COMUM

Por Leon Souza

Desde a eleição do Papa Francisco em março de 2013, são reconhecidas sua liderança e a força eclesial e política que empenha contra às mudanças climáticas e à proteção integral do meio ambiente. Recorrentes pronunciamentos, homilias, mensagens a chefes de Estados e organismos multilaterais e de pesquisa se juntam à elaboração de importantes documentos para a Igreja Católica, bem como às agendas políticas que têm o papel de definir o presente e o futuro da Casa Comum. O mais conhecido é, sem dúvidas, a Carta Encíclica *Laudato Si'*, de 2015, publicada meses antes da Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP21, que resultou no Acordo de Paris.

Na *Laudato Si'*, o Papa sublinha o que estudiosos, especialmente das ciências humanas têm insistido há algum tempo: não existem crises separadas, uma ambiental e outra social. A modernidade e o avanço do capitalismo urbano-industrial reforçaram a dualidade entre natureza e cultura ou entre meio ambiente e sociedade, distanciando não apenas a chamada humanidade do meio ambiente, como colocando todo o foco de poder sobre alguns humanos que podem explorar à exaustão o que é considerado apenas recursos naturais. Enquanto isso, a chamada natureza vem sendo devastada sem interrupções, junto com uma parte da humanidade que também é violentada quando seus territórios são desmatados, poluídos, invadidos por projetos da mineração, do agronegócio e do setor elétrico.

Desde que iniciou seu pastoreio, o Papa Francisco insiste que justamente por não ser possível separar a crise entre social e ambiental, as possíveis soluções também devem ser conectadas. Não basta replantar áreas verdes, despo-



luir rios ou reciclar os resíduos domésticos. É isso, claro, mas transformações profundas no modo de produção e consumo precisam ser incorporadas com urgência, além de reformas nos sistemas econômicos, nas instituições políticas e organismos multilaterais. A Casa Comum, diz o Papa Francisco, é onde estão todas as formas de existência, humanas e não humanas, e, portanto, o cuidado deve ser integral porque “dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema” (LS, 139).

Talvez por identificar que boa parte dos esforços para superar a crise ambiental ainda não teve a ousadia política necessária para o tamanho da catástrofe em curso, o pontífice voltou a falar em paradigma tecnocrático. Em um documento publicado em 2023, a Exortação Apostólica *Laudate Deum*, Francisco chama a atenção para o fato de que a tecnologia tem sido incorporada sobre vários territórios e corpos como homogênea e unidimensional, sem reconhecimento de que as máquinas e algoritmos operam a partir de relações de poder. A crença de que a tecnologia nos salvará de uma catástrofe ainda pior está fundada na ideia de que é possível continuar cres-

cendo sem limites, gerando lucros e extraindo valor de todas as coisas.

Enquanto continuar operando a lógica de natureza versus humanidade, as soluções para a catástrofe climática ficarão cada vez mais distantes. As políticas de descarbonização, de transição energética e de mitigação das mudanças do clima não terão resultados duradouros se forem planejadas e executadas apenas com aparatos tecnológicos. Se para lograr transição energética e descarbonização não são considerados o direito de povos do campo e da cidade aos territórios, se não são reconhecidas suas formas de vida e se não repensarmos o modelo de consumo e produção, a vida continuará condicionada pela extração de valor, como lembra o Papa Francisco.

O meio ambiente não está lá, distante de nós. Nós, essa chamada humanidade, compomos o mundo com outras formas de existir na natureza. O caminho para continuar vivendo, mesmo entre os escombros da crise socioambiental, passa pela ousadia de Estados, organismos multilaterais e da sociedade civil em apoiar e sustentar outros estilos de vida individuais e coletivos.



REPAM-BRASIL: ALARGAR A TENDA E FINCAR AS ESTACAS NO SOLO SAGRADO PARA SEMEARMOS SEMENTES DA 39ª ASSEMBLEIA DO COMINA

A Rede Eclesial Pan Amazônica – REPAM-Brasil e a Comissão Especial Episcopal para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), participaram, nos dias 15 a 17 de março, da 39ª Assembleia do Conselho Missionário Nacional- COMINA, realizada na Pontifícias Obras Missionárias, em Brasília (DF).

Estiveram presentes pela REPAM- Brasil e pela Comissão da Amazônia: Dom Pedro Brito Guimarães, vice-presidente da REPAM-Brasil e membro da CEA, Irmã Maria Irene Lopes, secretária executiva da REPAM-Brasil e assessora da CEA e Dorismeire Almeida de Vasconcelos, articuladora da Rede, como também os bispos referenciais da missão, coordenadores dos Conselhos Regionais Missionários- COMIRE e instituições, comissões e organismos da Igreja do Brasil e representantes da POM.

A Assembleia teve como objetivo refletir a realidade missionária da análise de conjuntura eclesial, como também trabalhar a efetivação do Plano Nacional Missionário (PNM) na Igreja do Brasil, apresentando as decisões e contribuições do 5º Congresso Nacional Missionário realizado em novembro de 2023, em Manaus (AM).

Na ocasião, também ocorreu um momento de repasse das orientações sobre o 6º Congresso Americano Missionário CAM 6 e informes da POM e demais organismos da missão vinculados à CNBB.

Foram três dias profundos de reflexões, partilhas e trabalhos visando o fortalecimento da caminhada missionária realizada por vários regionais da Igreja do Brasil, momentos em que nossos corações ardentes e nossos pés a ca-



minho reafirmaram o caminho da missão que se faz em sinodalidade, comunhão, participação e missão, impulsionado pelo Espírito Santo, protagonista da missão nos conclamou a alargar nossa tenda, ciente das estacas, fundamentos necessários para missão, que nos leva a sair de nós mesmos, irmos ao encontro do outro, reconhecendo Jesus Cristo e o mandato que eles nos deu: Ide aos confins do mundo e anunciai o Evangelho no serviço, diálogo, anúncio e testemunho de fé e vida no seguimento a Jesus Cristo.

Ao final do encontro, como envio, ocorreu uma celebração organizada pela REPAM-Brasil, Regional Sul 4 e Norte I, firmando a Rede de irmãos e irmãs missionários/as que se conectam, animam, impulsionam e articulam a missão.

Dorismere Vasconcelos resume o encontro e fala da importância do momento: “Nos três dias reunidos percebemos a importância de nos unirmos em missão para fortalecer a grande Rede missionária da Igreja do

Brasil em saída pelas periferias geográficas e existenciais”, destaca.

“Sempre confiantes a ecoar essas sementes dos corações ardentemente presentes na Assembleia: cooperação na missão, amor a Jesus e aos irmãos/ãs, esperança, presença encarnada libertadora, profecia e ecologia, ardor missionário, perseverança, fé, caminhar – escutar – fortalecer, resiliência na missão, profecia, acolhida, comunhão, espiritualidade, provisoriamente, compromisso, leveza, sinodalidade, missão, alegria, unidade e tolerância, missão ad gentes dos leigos/as, Jesus e os pobres, esperança e profetismo, paixão pela missão, compaixão, missão em diálogo, inculturação, encantamento, profecia”.

A articuladora finaliza destacando a missão à qual o grupo é chamado: “retornar a Missão requer que alarguemos a tenda, finquemos as estacas fundamentais da missão no solo sagrado ao qual somos enviados a entrelaçar nossas ações, fortalecendo a grande Rede Missionária da Igreja no Brasil para plantar as sementes que nos foram confiadas na 39ª Assembleia do COMINA”.





REPAM-BRASIL E SECRETARIA NACIONAL DE DIÁLOGOS SOCIAIS DA PRESIDÊNCIA AVANÇAM NA CONSTRUÇÃO DO CADERNO DE RESPOSTA DA REDE

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) esteve na sede da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais, Articulação e Políticas Públicas da Presidência da República, na segunda-feira, 18 de março, para dar continuidade a construção do caderno de respostas da Rede.

Participaram do encontro, a diretora de diálogos sociais da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais, Articulação e Políticas Públicas, Islandia Bezerra, o coordenador de projeto, Juarez Humberto Ferreira, e o assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDAAF), Eric Moura. Pela REPAM-Brasil, estiveram presentes o assessor jurídico e de incidência política da REPAM-Brasil, Melillo Dinis, a articuladora Dorismere Vasconcelos, e a analista de comunicação Ana Caroline Lira.

Na ocasião, foram apresentados os eixos sistematizados, com base nas questões apresentadas na escuta dos povos amazônicos, realizada entre outubro e novembro de 2023 pela REPAM-Brasil. Também foram discutidas diversas problemáticas, entre elas os impactos dos grandes projetos na Amazônia, a regularização fundiária e o garimpo ilegal.



EM JULGAMENTO, TRIBUNAL POPULAR SENTENCIA FERROGRÃO AO CANCELAMENTO IMEDIATO

Representantes dos povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais promoveram na segunda-feira, 4 de março, um Tribunal Popular para julgar a Ferrogrão, os seus impactos e as empresas cúmplices e financiadoras do projeto. A atividade ocorreu no auditório da unidade Tapajós da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém (PA).

Durante o julgamento, a “acusação do júri” apontou uma série de violação de direitos e sentenciou o cancelamento imediato do projeto. O resultado será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que este mês voltará a deliberar sobre a constitucionalidade da ferrovia.

“Desde o início do processo da Ferrogrão, só foram realizadas audiências nas cidades, nenhuma dentro das aldeias indígenas. Sendo que os povos Munduruku, Kayapó e Panará têm os protocolos de consulta que precisam ser respeitados, eles são nossa arma de defesa. Por isso, estamos nos unindo em uma aliança contra esta ferrovia”, disse Alessandra Korap Munduruku, que esteve ao lado de caciques e representantes dos Munduruku, e dos povos Kayapó, Panará, Apiaká, Arapiuns, Tupinambá e Xavante. O Tribunal foi composto ainda por organizações e comunidades indígenas, representantes de comunidades de pescadores, agricultores familiares e movimentos sociais.

O texto da sentença traz cinco argumentos de acusação: violação do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé; estudos falhos e subdimensionamento dos impactos e riscos socioambientais conexos; aumento da especulação fundiária, grilagem de terras públicas, desmatamento, queimadas e conflitos fundiários; e favorecimento indevido dos interesses das empresas transnacionais Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e Amaggi.

A sentença foi lida no final da tarde pela líder indígena e ativista socioambiental Alessandra Korap Munduruku. “Esse tribunal popular determina o cancelamento imediato e definitivo do projeto da Ferrogrão por parte do governo federal e a devida responsabilização das empresas envolvidas”.

[ACESSE O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)



ENCONTRO FORMATIVO DA JUVENTUDE MISSIONÁRIA NA DIOCESE DE BORBA (AM)

A Juventude Missionária (JM) da Diocese de Borba, iluminada pelo Espírito Santo, estiveram em formação nos dias 22 e 23 de março de 2024, no Centro de Formação Mater Christi, em Borba, sede da Diocese.

O encontro contou com a participação dos jovens protagonistas da missão, da assessora estadual Waldemira Rodrigues Silva, da referencial diocesana da Juventude Missionária, Ir. Silvana Pauletti, e da Coordenação de Pastoral Diocesana, representada por Ademir Jackson e Ir. Aldinéia de Sá Linhares Bessa.

As atividades formativas tiveram início com a celebração da Santa Missa na Comunidade São Sebastião/Paróquia Santo Antônio, presidida pelo Pe. Jair Vieira Alves. Durante a homilia, Pe. Jair destacou a importância dos jovens na Diocese e agradeceu a disponibilidade de todos para este importante avanço diocesano. Sua reflexão baseou-se no Evangelho de São João 10, 31-42, cujo tema central é a tensão, fruto da incompreensão dos judeus, que têm o coração fechado e não acolhem a mensagem de Jesus. Eles não reconhecem as ações e palavras de Jesus como ações divinas, por isso, querem apedrejá-lo.

Após a celebração, os jovens participaram de uma roda de conversa onde foram abordados temas como sinodalidade e a definição da Juventude Missionária (JM). Pe. Jair ressaltou que sinodalidade significa caminhar juntos na unidade. Além disso, foi apresentado que a Juventude Missionária faz parte da Pontifícia Obra da Propagação da Fé, obra fundada pela leiga, Paulina Maria Jaricot (1799-1822), em 03 de maio de 1822, em Lyon (França), tornando-se Obra Pontifícia, isto é, do Papa e da Igreja Universal, em 1922, sendo hoje uma das quatro Pontifícias Obras Missionárias (POM). Após a roda



de conversa, foi motivada a temática da importância do assessor de grupo, momento trabalhado pela assessora Waldemira Rodrigues, onde a mesma organizou os jovens em grupos, com a finalidade de elaborarem uma apresentação sobre a temática.

No segundo dia, os jovens continuaram as atividades com uma reflexão sobre o significado e a história da JM. Em seguida, houve a preparação para a eleição da Coordenação Diocesana da JM. Waldemira Rodrigues apresentou as orientações e critérios para a eleição dos coordenadores conforme as diretrizes da Obra Pontifícia. Foram eleitos os jovens: Mirlem Silva Matos, coordenador Diocesano, Antônio Itallo Goés

Soares, Vice-coordenador, Icleia da Silva Assunção Neta, Secretária e Gabriel Bentes de Souza, Tesoureiro.

Após as eleições, todos participaram da Missa de envio da nova coordenação e dos jovens participantes no Santuário/Catedral da Diocese de Borba. A celebração foi presidida por Dom Zenildo Luiz Pereira da Silva, Bispo Diocesano, que resumiu sua reflexão nos três pilares para a Semana Santa: Palavra, Cruz e Luz. Ao final da missa, houve o envio oficial dos coordenadores e jovens, e a foto oficial do encontro. Agradecemos a Deus por esse momento de graça e importância para nossa Diocese.

Fonte: Diocese de Borba



CÚPULA DOS POVOS RUMO À COP30: SOCIEDADE SE ORGANIZA PARA EVENTO EM BELÉM

Aconteceu na quarta-feira, 27, o Encontro dos Movimentos e referências dos povos Amazônicos em Preparação a “Cúpula dos Povos Rumo à COP30”; durante todo o dia, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Regional (CNBB). O encontro reuniu movimentos sociais e sindicais, redes, organizações de representações de mulheres, povos indígenas e tradicionais da Amazônia brasileira e de outros biomas com o objetivo de mobilizar a sociedade civil sobre a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que acontece em Belém (PA), no ano de 2025, reunindo autoridades mundiais que vão debater sobre preservação ambiental e sustentabilidade.

“Nos reunimos com diversas instituições e lideranças de 9 estados, foi um dos passos que conduzirá para o outro encontro nacional que acontecerá nos dias 3 e 4 de abril em Brasília, a oportunidade de partilha e fortalecimento dos movimentos sociais e povos amazônicos na construção de pautas amazônicas necessárias a incidência antes, durante e depois COP 30. O legado que fica na Amazônia que ecoa da Amazônia rumo cúpula dos povos e COP 30 vem tecendo uma mudança na história do clima”, afirmou Dóris Vasconcelos Articuladora REPAM-Brasil, que também integra a Cúpula dos Povos.

O movimento “Rumo a Cúpula dos Povos da COP 30” foi lançado em novembro do ano passado, durante a 28ª Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP), que aconteceu em Dubai (Emirados Árabes Unidos). O presidente Lula recebeu da delegação brasileira um documento onde havia o anúncio do lançamento da Cúpula, uma



articulação da sociedade civil com foco em construir nos próximos dois anos um intenso processo de mobilização e unidade em conjunto com organizações de outros países para garantir que a COP30 seja a maior conferência mundial do clima.

Esse processo de mobilização de organizações sociais teve início com o encontro virtual de Movimentos sociais latino-americanos, em 2020, na Assembleia Mundial da Amazônia, que fomentou outras articulações como a 10ª edição do Fórum Social PanAmazônico – o FOSPA, que aconteceu em Belém no ano de 2022. Outra relevante ação nesse movimento de construção no que vem a ser a Cúpula dos Povos da COP30 foi a realização

da Assembleia dos Povos pela Amazônia, realizado durante a Cúpula da Amazônia, também na capital paraense, em agosto de 2023.

“Nós entendemos que a COP30 precisa deixar um legado para a Amazônia. Sabemos que existe uma janela aberta de oportunidades, porém, só vai acontecer algo concreto com a organização e pressão popular”, defende Cleidiane Vieira, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), que também integra a Cúpula dos Povos.

*Este artigo foi originalmente publicado no site RBAnaCOP e pode ser encontrado clicando aqui.



A AMAZÔNIA NOS QUESTIONA

Durante a 61ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Aparecida (SP), entre os dias 10 e 19 de abril, o bispo da Diocese de Roraima (RR) e presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), Dom Evaristo Pascoal Spengler, falou sobre os problemas da região, em seu discurso intitulado “A Amazônia nos Questiona”. As palavras do bispo ecoaram como um chamado urgente para a conscientização e ação em prol da região amazônica e seus povos.

Dom Evaristo destacou a importância da região para o equilíbrio ambiental do planeta, reforçando que sem ela, todos os biomas estarão irremediavelmente comprometidos. Ele chamou atenção para os desafios enfrentados pelos povos amazônicos e pela floresta, marcada por violações históricas e estruturais de direitos humanos e ambientais.

Durante sua fala, Dom Evaristo abordou uma série de situações, incluindo a pressão ilegal do garimpo, da mineração e do agronegócio sobre os territórios indígenas, o avanço do narcotráfico nas aldeias e territórios amazônicos, a expansão agrícola descontrolada e os impactos devastadores do desmatamento e da contaminação por agrotóxicos e mercúrio.

“São serias as consequências dessa longa estiagem de seca na Amazônia, especialmente no ano passado e para a Roraima também, no início desse ano até março. Isso gerou muitas calamidades, mortandade de peixes, perda de produção agrícola, prejuízo da pesca artesanal e da produção de mandioca e de outros alimentos”, afirmou Dom Evaristo.

Ele também ressaltou a necessidade de uma ação urgente e colaborativa para enfrentar esses desafios, desta-



cando as fortalezas e resistências dos povos da Amazônia, como a luta pela defesa dos territórios indígenas, a autossustentação das comunidades, o reflorestamento e a agroecologia e entre outros. “É preocupante a situação dos indígenas Yanomamis, como estão sofrendo com o ataque dos garimpeiros. Muita doença, muita fome, muita desnutrição. Como a Amazônia está sendo tomada cada vez mais pelo agrotóxico e pelo mercúrio, nós temos, é claro, muitas possibilidades e potencialidades à

nossa uista”, destacou.

O presidente da REPAM-Brasil finalizou o discurso convocando a Igreja a se unir aos povos da Amazônia em suas lutas e esperanças, destacando a importância da sinodalidade e do anúncio missionário para promover uma “civilização do amor” e construir um mundo de paz e justiça.

Clique [AQUI](https://repam.org.br/a-amazonia-nos-questiona/) e acesse o discurso na íntegra



CONHEÇA AS CATEQUISTAS AMAZÔNIDAS QUE RECEBERAM O MINISTÉRIO DURANTE A 61ª ASSEMBLEIA GERAL DA CNBB

No sábado (13), durante a 61ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ocorreu a instituição do ministério de catequistas a agentes de pastoral de todos os regionais. Dos 19 catequistas instituídos, seis mulheres pertencem aos regionais que integram a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Presidida pelo arcebispo de Santa Maria, presidente da Comissão Episcopal Bíblico-Catequética da CNBB, Dom Leomar Brustolin, a celebração foi marcada por ser a primeira missa no Brasil na qual foram instituídos no ministério catequistas representando todos os regionais da CNBB.

Conheça as seis catequistas amazônidas que receberam o ministério:

Regional Norte 1

Deolinda Melquior da Silva, da diocese de Roraima (RR), indígena Macuxi da região Maturuca, no município de Uiramutã. Ela exerce o ministério de catequistas há 42 anos junto ao seu povo, ajudando a concretizar uma Igreja com rosto indígena no bioma Amazônico.





Regional Norte 2

Maria Izabel Tavares de Lima Costa, da diocese de Castanhal (PA), é catequista há 34 anos e atua na Paróquia de São Sebastião.

Regional Norte 3

Pollyenne Sobrinho Rosa de Farias, da diocese de Miracema do Tocantins (TO).

Regional Noroeste

Marlene Gissela Müller, da paróquia São Luiz Gon-



zaga da arquidiocese de Porto Velho (RO).

Regional Nordeste 5

Cleiane Nascimento Almeida, da diocese de Imperatriz (MA). É catequista há 25 anos na Paróquia São João Batista, na cidade de Açailândia (MA), e coordenadora da Comissão Regional para Animação Bíblico-Catequética.

Regional Oeste 2

Sirlei Maria Cichelero, da diocese de Sinop (MT).





REPAM-BRASIL E CIMI SE UNEM AO POVO MURA E REPUDIAM LICENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO DE POTÁSSIO SEM CONSULTA AOS INDÍGENAS

Por **Lígia Kloster Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi Norte I

O Conselho Indigenista Missionário, Cimi Regional Norte I, e a Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil somam forças com o povo Mura e manifestam seu repúdio à liberação da licença ambiental expedida pelo governador do Amazonas, Wilson Lima, para a exploração de silvinita, matéria prima do potássio, no território do povo Mura, município de Autazes, expedida no último dia 08 de abril de 2024.

Reiteramos a imparcialidade do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com aval do governador, que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental e concedeu o licenciamento à empresa Potássio do Brasil, mesmo conhecedora de que são atribuições e competências do IBAMA, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e dos demais órgãos do governo federal.

O empreendimento em Autazes coloca em risco a sobrevivência física e cultural do povo Mura, que já vem sofrendo o impacto do empreendimento nas práticas sorrateiras da empresa, que visam pressionar o povo com a promessa de políticas públicas, as quais não são de sua competência, e projetos de compensação em troca da aceitação do empreendimento, numa clara estratégia de passar por cima da lei e do povo Mura.

“Manifestam seu repúdio à liberação da licença ambiental para a exploração de silvinita, matéria prima do po-



tássio, no território do povo Mura”

O empreendimento afetará diretamente a Terra Indígena Soares, a qual aguarda a demarcação do território há mais de 20 anos. O Grupo Técnico (GT) para a delimitação do território só foi criado em 2023, depois de muita pressão dos indígenas. No entanto, o impacto da exploração ultrapassará os limites de Soares e aldeias próximas. Transformações na organização sociopolítica Mura já vêm acontecendo antes mesmo dela se efetivar.

A área pretendida pela Potássio do Brasil é uma terra indígena e precisa ser respeitada. É muito grave que o projeto tenha sido licenciado sem a divulgação do Estudo do Componente Indígena, sem respeitar o processo de Consulta Livre, Prévia e Informada e sem considerar o “Protocolo de Consulta Trincheiras Yandé Peara” do povo Mura, elaborado e aprovado pelo povo em 2019, e depois das ameaças sofridas pelos indígenas da Terra Indígena Soares e por várias outras violações de direitos constitucionais que têm sido amplamente denunciadas, é inadmissível que a exploração de silvinita aconteça no território indígena.

Também repudiamos as atitudes dos Governos Estadual e Federal que defendem a exploração mineral, sem considerar os danos ambientais ao território Mura e à vida do povo. É preciso que haja respeito aos direitos constitucionais, que haja a demarcação e proteção das terras Mura e que este povo receba as políticas públicas necessárias para sua existência.

“A área pretendida pela Potássio do Brasil é uma terra indígena e precisa ser respeitada”

Os governos continuam a defender a exploração

de recursos naturais da floresta amazônica, sem considerar a grave crise climática que sofremos, resultado dos altos índices de desmatamento de anos anteriores, depois de vivenciarmos a maior seca dos últimos anos. O que a Amazônia precisa é ser preservada e os povos indígenas já fazem isso. Precisamos de alternativas que beneficiem a todos, e não apenas setores do agronegócio e dos grandes empresários.

Há alternativas para um desenvolvimento que não passam pela destruição da floresta e pelo sacrifício dos indígenas de Autazes e que desmontam os argumentos que o anterior presidente trouxe sobre a soberania alimentar. Há outras técnicas de produção sem agressão à vida em suas diferentes formas, muito mais eficientes, e que vêm sendo aprimoradas e permitem a diminuição da dependência de fertilizantes, e o melhor: sem necessidade de atingir os territórios indígenas.

Precisamos de mudanças nos paradigmas tecnológico, minerário, de produção agrícola e pecuária, que promovam uma verdadeira transição ecológica justa, que repense o modelo de consumo e de promoção da vida. Isso passa, necessária e efetivamente, pela não exploração da Amazônia e pelo fortalecimento das políticas públicas no território.

“Reiteramos nosso NÃO à Mineração em Terras Indígenas e na Amazônia”

No mês em que os povos indígenas reafirmam sua existência, resistindo a todas as injustiças, omissões e violações de seus direitos, que lutam pela efetivação e garantia de seus direitos, o Estado fere a Constituição que promulgou em 1988, bem como o direito à Consulta



Prévia, Livre e Informada, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o país é signatário, além de desrespeitar as tradições ancestrais do povo Mura.

Reiteramos nosso NÃO à Mineração em Terras Indígenas e na Amazônia. NÃO à entrada da mineradora no território Mura e o fim do assédio que as lideranças vêm sofrendo. É necessária a paralisação do empreendimento, se não pela desumanização que ocorre, pelas irregularidades e ilegalidades com as quais vêm sendo realizadas, especialmente a desconsideração para com as comunidades Mura que não estão sendo consultadas. É necessária a realização dos estudos fundiários e de demarcação das terras indígenas Mura, tanto ou mais necessárias e urgentes do que os EIA-Rima.

Por fim, o Cimi manifesta todo o seu apoio à resistência do povo Mura e às lideranças que continuam lutando pelos seus direitos e vida. Manifestamos solida-

riedade à Terra Indígena Soares, tão afetada pelo empreendimento.

Veja aqui as manifestações de repúdio das comunidades do povo Mura:

Nota de Repúdio: Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas – Apiam;
Nota de Repúdio: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab;
Carta de Repúdio: Povo Mura de Careiro da Várzea – OLIMCV;
Carta de Repúdio: Terra Indígena Murutinga – Tracajá;
Carta de Repúdio: Aldeia Trincheira;
Carta de Repúdio: Aldeia São Pedro – Terra Indígena São Pedro;
Carta de Repúdio: Aldeia Ponta Das Pedras – Terra Indígena Guapenú;
Carta de Repúdio: Aldeia Paracuuba;
Carta de Repúdio: Aldeia Moyray – Terra Indígena Guapenú;
Carta de Repúdio: Comunidade Indígena Lago do Soares;
Carta De Repúdio: Aldeia Guapenu – Terra Indígena Guapenu.



FORMAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE PROTEÇÃO DAS MULHERES: ACESSO À REDE DE ENFRENTAMENTO E AOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) realizou na quarta-feira, 3 de abril, a Formação sobre Política de Proteção das Mulheres: acesso à rede de enfrentamento e aos mecanismos de proteção à violência contra as mulheres, em formato virtual. O objetivo do encontro foi de difundir entre as mulheres dos comitês, núcleos e grupos da Rede o acesso à rede de enfrentamento e ao mecanismo de proteção contra violência. É tempo das mulheres amazônicas refletirem, empoderarem-se na resistência e luta em defesa de suas vidas e dos direitos que lhe são garantidos por lei e fortalecer as reflexões sobre a importância das conquistas e cidadania, proteção de seus corpos e territórios.

A capacitação foi ministrada por Norma Miranda – Ouvidora Pública da Defensoria Pública do Estado do Pará e Ir Yolita Olivera -Missionária da Congregação Franciscana da Mãe do Divino Pastor que conduziu o projeto Psicossocial em Roraima junto as mulheres.

O encontro discutiu a ampliação e visibilidade das políticas públicas existentes e viabilizadas pela rede de proteção do Estado ou por redes de autoproteção comunitária dos grupos de mulheres, comunidades e tantos outros, como também partilhou experiências de acolhimento às mulheres, destacando as ações, os processos e espaços de escutas e diálogo e, as diversas iniciativas com foco na proteção de mulheres vítimas de violação de direitos e de violência.

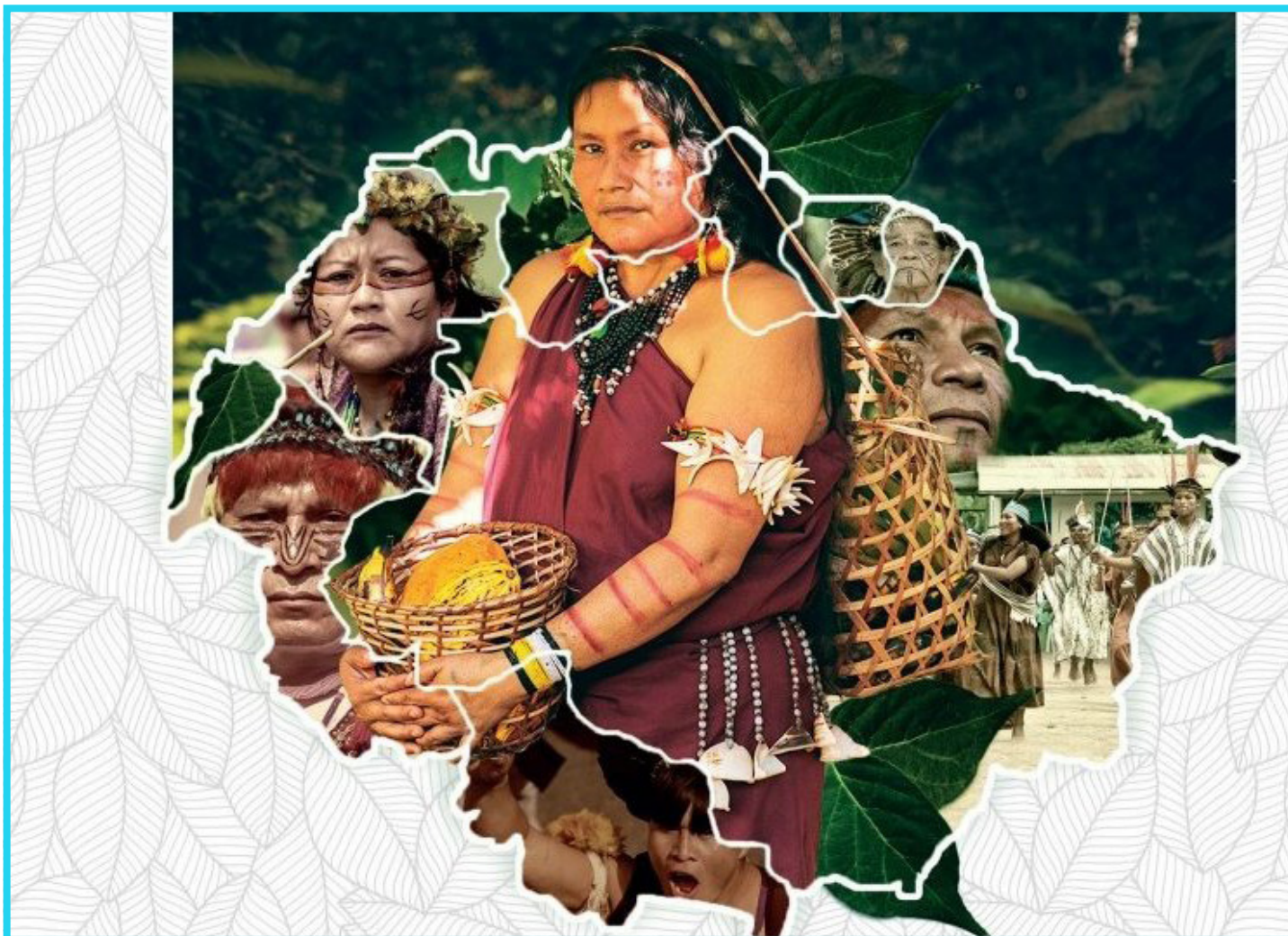


Norma destacou bem a importância de escuta, de desconstruir quem reproduz essa violência na família, a proteção e encorajamento da mulher para denunciar, com um apoio, acolhimento, atendimento, a comunicação não violenta sem julgamento e soluções no financeiro, emocional e estrutural, da mulher, muitas mulheres aguentam a agressão pois apesar de tudo tem um teto e o alimento para seus filhos. É necessário trabalhar na reconstrução desse agressor, na ressocialização dele na sociedade, 1% dos homens que participam de programas e palestras de conscientização não retornam a cometer violência contra mulher.

A REPAM-Brasil desde 2018 vem trabalhando em suas bases, através das Mulheres Cirandeiras, o desenvolvimento de espaços de acolhida e de escuta. A Rede Eclesial Pan Amazônica acredita e disponibiliza seu serviço a vida a oportunizar espaços de acolhimento e diálogos em seus grupos locais e regionais para e com as mulheres amazônicas. Ao promover entre as mulheres a possibilidade de criar espaços em que são, podem ali partilhar e compartilhar suas

dores, tristezas, alegrias e esperanças, num processo de resiliência e sororidade tecemos o fortalecimento e a coragem para enfrentar as situações de riscos, violações e os paradigmas impostas por uma sociedade muitas vezes formada e constituída pelo machismo, patriarcado e vamos rompendo e quebrando esses julgamentos, preconceito em relação as mulheres. Esses processos favorecem para que cada mulher possa participar, construir, aprender, desaprender, reaprender, ensinar e tecer esse caminho de liberdade a ela e a todas as mulheres que por séculos foram e são vítimas da injustiça e violações. E assim vão com suas mãos, corpos, almas, mentes e corações transformando a realidade, a sociedade e gestando mais vida, respeito e liberdade as futuras gerações.

Esse trabalho de formação em políticas de proteção às mulheres são caminhos educativos sociotransformadores na vida das mulheres amazônicas, todavia sempre será tempo de luta e resistência, principalmente quando muitos estados da Amazônia, lideram o ranking de dados estatísticos de violência e feminicídio contra as mulheres.



REPAM PUBLICA SEU 3º RELATÓRIO REGIONAL PAN-AMAZÔNICO SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Por REPAM

No âmbito da 23ª sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Questões Indígenas em Nova York, realizado na segunda semana de abril de 2024, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), por meio do Núcleo de Direitos Humanos e Advocacia Internacional, publica seu último relatório intitulado “Terceiro Relatório Regional sobre Violações de Direitos Humanos na Região Pan-Amazônica” em três idiomas: Espanhol, Inglês e Português. Com sua presença constante nesse fórum desde 2016, a REPAM tem sido um canal vital para expor as realidades e casos de violações de Direitos Humanos em países como Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e na tríplice fronteira (Peru, Colômbia e Brasil). Estes relatórios são uma forma de reunir os gritos e lamentos da Pan-Amazônia e seus habitantes.

O relatório documenta de forma desoladora a situação em que se encontram vários povos indígenas e comunidades camponesas, ribeirinhas e afrodescendentes da região. Entre elas estão as histórias dos povos Mosekene, Tsimane, Tacana, Leco, Esse Eija, Uchupiamona e Chiquitano na Bolívia; os povos indígenas Maraguá, Morcego e Quilombola no Brasil; os Yine-Asháninka de Madre de Dios e os Awajún no Peru; as comunidades in-



dígenas do Município de Atabapo, na Venezuela; as comunidades camponesas do Departamento de Caquetá, na Colômbia; o povo Kichwa, no Equador; e os lamentáveis casos de tráfico sexual na tríplice fronteira do Peru, Colômbia e Brasil.

Nas palavras de Jair Seixas Reis, defensor indígena brasileiro, “eles mataram nosso pajé, queimaram aldeias e poluíram nossos rios com os cadáveres encontrados perto de nossas aldeias. Roubaram muitas coisas de nós, torturaram nossos anciãos e crianças; e as pessoas que foram torturadas fisicamente sofreram e continuam sofrendo pressão psicológica”. Esses testemunhos são apenas uma amostra da terrível realidade revelada no relatório da REPAM.

Entre as violações aos direitos coletivos e individuais estão o direito ao território, à autodeterminação, a um meio ambiente saudável, ao acesso à água, à consulta prévia, à alimentação, à liberdade sexual, além de outros direitos que, embora não mencionados de forma explícita, estão intrinsecamente ligados. O relatório deixa claro que o usufruto pleno de um direito humano básico, fundamental e universal determina a sobrevivência das pessoas, sendo, portanto, condição para o exercício de outros direitos humanos.

O documento também destaca as propostas de políticas em nível pan-amazônico que foram incluídas em relatórios anteriores, mas que ainda não foram implementadas, evidenciando uma violação persistente dos direitos. O relatório conclui com uma observação preocupante: a violência contra povos indígenas, cam-

poneses, costeiros e afrodescendentes é cada vez mais agressiva, enquanto os Estados demonstram uma tolerância crescente com a impunidade e a corrupção.

Este relatório foi elaborado com as vozes e as informações fornecidas diretamente pelos líderes das comunidades afetadas, que, apesar das ameaças e dificuldades, documentaram suas realidades e construíram suas propostas de políticas para atender às suas necessidades territoriais.

A REPAM expressa seu alerta com a crescente agressão aos povos amazônicos e ao seu ambiente natural. A partir da coordenação do relatório, eles expressam sua preocupação com a crescente pressão sobre os territórios indígenas, a pilhagem e a abertura para investimentos que podem ser prejudiciais e excludentes.

Em um contexto no qual, em nível internacional, a legislação ambiental tem evoluído, é preocupante que a necessidade de promover o desenvolvimento excludente e predatório tenha levado à flexibilização de normas que antes protegiam os direitos dos povos que habitam a Amazônia e seu meio ambiente. Exemplos disso são as mudanças nos estudos de impacto ambiental e na classificação do uso da terra, que são destacados no relatório como áreas de preocupação especial.

Através deste relatório, a REPAM busca não apenas expor a dura realidade das violações dos direitos humanos na região Pan-Amazônica, mas também fazer um chamado urgente à ação, apelando aos governos e às organizações internacionais a tomarem medidas concretas para acabar com essas viola-



ções e proteger os povos indígenas e seu inestimável patrimônio natural. A profunda crise social e ambiental pela qual nosso planeta está passando, como diz o Papa Francisco, não pode esperar.

Faça o download, conheça e divulgue...

“Terceiro Relatório Regional sobre Violações de Direitos Humanos na Região Pan-Amazônica”

Tradução: Ir. Hugo Bruno Mombach, FSC



EM REUNIÃO, BISPOS DA AMAZÔNIA DESTACAM A IMPORTÂNCIA DE AVANÇAR NA APLICAÇÃO DO SÍNODO PARA A AMAZÔNIA NAS IGREJAS LOCAIS

Por Luis Miguel Modino, assessor de comunicação CNBB Norte I

Os bispos da Amazônia, que participaram da 61ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se reuniram no dia 15 de abril. Entre os pontos abordados esteve o V Encontro da Igreja Católica na Amazônia, que será realizado em Manaus de 19 a 22 de agosto de 2024. O propósito é retomar a caminhada do Sínodo, tendo como base o Documento de Santarém de 2022, um documento comemorativo e propositivo, segundo o bispo auxiliar de Manaus, dom Zenildo Lima, tentando ver como as decisões se concretizaram nas Igrejas locais.

O tema do encontro será “A Igreja que se fez carne, alarga sua tenda na Amazônia: memória e esperança”. Um encontro que pretende debruçar sobre a aplicação do Sínodo para a Amazônia nas Igrejas locais, verificar os avanços, perceber situações emergentes no âmbito social e eclesial e consolidar algumas iniciativas que podem ser assumidas enquanto Igrejas locais.

Para o encontro se pretende fazer um levantamento junto às Igrejas locais, não muito complexo, tendo como pano de fundo a sinodalidade na Igreja, sendo colocadas algumas questões a ser refletidas naquilo que faz referência às comunidades eclesiais, a formação dos discípulos missionários, defesa dos povos da Amazônia e cuidado



da casa comum e a evangelização das juventudes. Se busca descobrir o que o Espírito tem a dizer à Igreja da Amazônia hoje, através de um levantamento feito nas Igrejas locais.

O encontro quer partir da realidade das Igrejas locais e da conjuntura na Amazônia, querendo se apropriar de iniciativas eclesiais já em curso: Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), Programa Universitário Amazônico (PUAM), Rito amazônico. A partir daí buscar indicações de operacionalização e acompanhamento, e junto com isso a presença na COOP 30 em Belém e o Jubileu da Esperança 2025.

Diante do pedido de atualização da coletânea dos Documentos da Igreja da Amazônia, a secretária da Comissão para a Amazônia, Ir. Irene Lopes, apresentou essa possibilidade, assim como a publicação das intervenções dos participantes brasileiros na Assembleia Sinodal do Sínodo para a Amazônia.

O assessor jurídico e de incidência política da REPAM-Brasil, Dr. Mellillo Dinis, apresentou os resultados da visita a diferentes ministérios com a presidência da REPAM-Brasil e de outros bispos da Amazônia. 18 reu-

niões com o Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria Geral da República, organizações da sociedade civil e diversos ministérios, fruto das vozes dos povos da Amazônia. O governo propôs um caderno de respostas que está sendo elaborado e já tem dado alguns frutos. Estão sendo realizadas reuniões em diversos níveis para abordar questões relacionadas com os grandes projetos. Uma experiência de incidência no Governo Federal que quer ter continuidade.

Com relação à COOP 30 está sendo um caminho prévio e está sendo pensado a participação da Igreja católica durante a COOP30, tentando construir um campo de atuação possível e viável. A COOP30 tem possibilidades e responsabilidades e existe um campo de atuação da Igreja brasileira, que quer articular as diversas iniciativas de Igreja, com seis diretrizes comuns e uma agenda de atividades até a celebração da COOP. Os encontros preparatórios acontecerão por regiões, serão elaborados materiais de reflexão e celebrativos para poder chegar nas bases, buscando aumentar a incidência da Igreja na questão socioambiental. Nesse sentido está sendo pensado um evento simultâneo e muitas outras iniciativas durante a COOP30 em Belém.



CAMPANHA LAUDATO SI' + COP 30 É APRESENTADA NA 61ª ASSEMBLEIA DA CNBB

A campanha Laudato Si' + COP 30 é uma iniciativa que busca definir diretrizes, promover mobilização e preparar a Igreja e a sociedade em geral para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que será realizada em Belém do Pará em 2025.

Os bispos dom Siluio Guterres Dutra, de Vacaria (RS), dom Vicente de Paula Ferreira, de Livramento de Nossa Senhora (BA) e dom Paulo Andreolli, auxiliar da arquidiocese de Belém (PA), estão envolvidos nesta iniciativa, ao lado de organizações como o Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), Movimento Laudato Si', Comissão Sociotransformadora e Comissão Especial para a Amazônia.

Desde a Rio 92, os países discutem questões ambientais, e a COP 30 continuará essa abordagem. A campanha incentiva o engajamento nas etapas estabelecidas, alinhadas à Doutrina Social da Igreja e à Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco, que aborda as mudanças climáticas.

Padre Dario Bossi, assessor da Comissão Ação Socio Transformadora (Cepast) da CNBB, destacou a importância da participação ativa, ressaltando os fundamentos na Doutrina Social da Igreja. A recente carta encíclica "Laudate Deum" do Papa Francisco, publicada em 4 de outubro de 2023, é uma continuação da encíclica Laudato Si' de 2015, que trata dos cuidados com a casa comum.



O Papa Francisco faz um apelo à corresponsabilidade diante da emergência climática, observando que o mundo está “desmoronando” e se aproximando de um “ponto de ruptura”. Padre Dario destacou que é a “primeira vez que o mundo volta seus olhos para a Amazônia.”

Eduardo Nischespois Scorsatto, coordenador de Campanhas de Difusão para o Brasil do Movimento Laudato Si', enfatiza a importância da participação ativa para garantir que a Igreja esteja presente e envolvida no

enfrentamento das mudanças climáticas e na preservação do meio ambiente.

A campanha oferece uma oportunidade para a Igreja desempenhar um papel ativo na definição de diretrizes e na preparação para a COP 30, com foco no cuidado do meio ambiente e na promoção da justiça socioambiental.

Saiba mais sobre a Campanha AQUI: <https://www.campanhalaudatosi.com.br/>

*com informações da CNBB



FIQUE POR DENTRO!

Estamos nas redes sociais, nos siga e acompanhe as notícias da REPAM-Brasil



@repambrasil



Facebook.com/repambrasil



@RepamBrasil



CPT LANÇA RELATÓRIO CONFLITOS NO CAMPO 2023, DOS 31 ASSASSINATOS NO PAÍS, 8 FORAM NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL, INDÍGENAS FORAM AS PRINCIPAIS VÍTIMAS

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou nesta segunda-feira (22) a 38ª edição da publicação Conflitos no Campo Brasil, apontando o balanço dos dados da violência ligada a questões agrárias no país ao longo de 2023. Dentre os estados, o maior número foi registrado na Bahia, com 249, seguido do Pará (227), Maranhão (206) e Rondônia (186). Os conflitos envolveram 950.847 pessoas, disputando 59.442.784 hectares em todo o Brasil.

Amazônia Legal – Na região que compreende quase 60% do território brasileiro, houve diminuição no desmatamento, com destaque para as ações de fiscalização da Polícia Federal no combate aos garimpos ilegais. Mas a violência tem crescido em regiões como a do tríplice divisa dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia (chamada de Amacro ou Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira). Dos 31 assassinatos no país, 8 foram nesta região, sendo 5 causados por grileiros. A região prometida como “modelo” de desenvolvimento com foco na sociobiodiversidade, tornou-se epicentro de grilagem para exploração madeireira e criação de gado, com altas taxas de desmatamento, queimadas e conflitos.

Para Dom José Ionilton, bispo da Prelazia de Itacotiara (AM), presidente da CPT e secretário da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), é triste essa realidade de violência que ainda persiste em nosso país, o aumento nos números de ocorrências nos conflitos por terra, água e na questão do trabalho escravo ainda é grande.



“Embora os números de assassinatos reduziram de 47 para 31, a gente fica assustado com a quantidade de pessoas que perdem a vida no combate da preservação da terra, do seu território”.

Conflitos pela Terra – Das 1.724 ocorrências registradas neste tipo de conflito, 1.588 são referentes às violências contra a ocupação e a posse e/ou contra a pessoa. No primeiro tipo de violência, se destacam as ocorrências crescentes de invasão, em que foram registradas 359 ocorrências em 2023, afetando 74.858 famílias, contra 349 casos em 2022. Também cresceram os registros de expulsão (37 ocorrências e 2.163 famílias em 2023, contra as 23 ocorrências e 596 famílias, em 2022), transformando este no segundo ano em que mais se registrou famílias expulsas dos territórios, ficando atrás apenas do ano de 2016. Também aumentaram consideravelmente as ameaças de despejo judicial (de 138 para 183) e o despejo judicial concretizado (de 17 para 50).

A pistolagem foi o segundo tipo de violência contra a ocupação e a posse que mais teve registros de ocorrência em 2023 (264), um crescimento de 45% em relação ao ano de 2022. Os indígenas e quilombolas forma um dos mais atingidos nas ocorrências de violência foram 47 indígenas e quilombolas 19.

Os Indígenas foram as principais vítimas das violências contra as pessoas, representando 25,5% do total de pessoas vitimadas em 2023, os Quilombolas (3,9%), e os Seringueiros, que registraram um percentual de 3,75%, mas um expressivo aumento

de 5.400% nos números de ocorrências de violência contra a pessoa, passando de 1 pessoa vitimada em 2022, para 55 em 2023.

“Nosso objetivo é tornar público esses dados, e fazer com que nossa sociedade a partir dessas informações se deem conta que de fato devemos assumir uma campanha contra a violência no campo, como tem sido feita pela CTP e outras organizações da igreja. A violência continua muito alta na Amazônia, o número de ocorrências na região norte é o maior, esperamos que nosso trabalho da CPT, REPAM, CIMI, possam continuar contribuindo para que essa violência diminua. E nosso Caderno possa servir de alerta para nossas autoridades em nível municipal e estadual tomem providencias para que vidas humanas não continuem sendo vítimas da violência e da morte e podemos superar isso, é o compromisso com a vida, dos povos indígenas, dos camponeses, ribeirinhos, pescadores de quem vive no campo”, destaca Dom Ionilton.

Das pessoas assassinadas, 14 eram indígenas, 9 eram Sem Terra, 4 eram posseiros, 3 eram Quilombolas e 1 era Funcionário Público. A violência contra os indígenas passou a crescer exponencialmente a partir de 2016 e, a partir de 2019, os povos originários se tornaram a maior vítima desse tipo de violência. Considerando também o número de pessoas ameaçadas de morte (218) e das tentativas de assassinato (66), esses dados revelam a gravidade da situação enfrentada pelos povos indígenas e outros grupos



vulneráveis que lutam pela garantia de seus direitos e pela preservação ambiental.

Violência contra a Pessoa – Foram 554 ocorrências que atingiram 1.467 pessoas, incluindo 31 assassinatos, uma diminuição de quase 34% em relação ao ano anterior, quando foram mortas 47 pessoas no campo. A maior proporção de vítimas foi do estado de Rondônia (com 5 mortes), seguido do Amazonas, Bahia, Maranhão e Roraima, com 4 vítimas cada. Foram tiradas as vidas de 14 indígenas e 9 sem-terra, sendo estas as populações que mais sofrem deste tipo de

violência extrema, seguidos de posseiros (4) e quilombolas (3). Ao longo dos últimos dez anos, trabalhadores sem-terra continuam sendo as maiores vítimas (151), seguidos de indígenas (90), de um total de 420 pessoas assassinadas na luta pela terra. Das vítimas fatais da violência, 7 eram mulheres. O tipo de violência com mais vítimas foi a contaminação por agrotóxico, com 336 pessoas vitimadas, seguida das ameaças de morte (218), intimidação (194), criminalização (160), detenção (135), agressão (115), prisão (90) e cárcere privado (72), todos crescentes em relação a 2022.



REPAM-BRASIL LANÇA SÉRIE DE PROGRAMAS DE RÁDIO EM CAMPANHA “QUAL O PREÇO DO OURO?”

A Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil lança na terça-feira, 22 de abril, uma série especial de programas de rádio e spots informativos dedicados à campanha “Qual o preço do ouro? Benefício de poucos, prejuízo de muitos!”. O objetivo da ação é conscientizar sobre os impactos do garimpo ilegal de ouro na Amazônia.

Foram produzidos cinco programas especiais que serão veiculados no podcast Ecos da Amazônia, da REPAM-Brasil, nas principais rádios católicas e comunitárias da região da Amazônia, além de spots informativos sobre o tema. As emissoras foram escolhidas estrategicamente, de acordo com a abrangência, audiência e proximidade das áreas com maior incidência de mineração em Terras Indígenas e Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral da Amazônia Legal. De maneira leve e agradável, os diálogos trazem informações educativas sobre os impactos do garimpo do ouro, produção e exportação, órgãos de fiscalização, a importância das áreas de conservação; os cuidados com a população.

Para Padre Dário, membro Comissão Especial para a Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a maior parte do garimpo ilegal de ouro na Amazônia tornou-se oportunidade de lavagem de dinheiro e nova geração de renda para as máfias e o narcotráfico. Assim, o ouro ilegal na Amazônia é sinônimo de morte, poluição, destruição e ataque aos povos e seus territórios.

“Deveria haver campanhas de boicote ao ouro, inclusive dentro da própria Igreja. Ainda não foram implementadas no Brasil regras que imponham o rastreamento da cadeia de extração e venda do ouro; a própria restrição do comércio de mercúrio e investimentos permanentes na fiscalização dos voos e do comércio de máquinas pesa-



das para o garimpo são medidas eficazes para enfrentar essa ilegalidade. No XI Fórum Social Panamazônico (Fospa), que se realizará em Bolívia no mês de junho, estes temas serão aprofundados, a partir da experiência e das denúncias dos povos que resistem, em defesa da vida”, declara o missionário comboniano e assessor da REPAM-Brasil.

A comunicação da campanha explica que o rádio foi o veículo escolhido por se tratar de um meio de comunicação mais acessível às comunidades na Amazônia. “O rádio é o meio de comunicação mais ouvido na Amazônia devido à distância geográfica e a infraestrutura. Ele chega nas regiões mais afastadas, como comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas, onde outras tecnologias encontram limitações. Então, para esses povos e comunidades, o rádio é o único canal de informação e é por esse canal que muitos se inspiram e vão à luta, se organizam e se mobilizam para lutar por seus direitos”, destaca a comunicadora da Rede, Ana Caroline Lira.

Qual o preço do ouro?

A busca pelo ouro na Amazônia cresceu nos últimos anos, impulsionada pelo aumento da demanda e o cenário político favorável ao garimpo. A explosão do

garimpo ilegal na região tem provocado uma série de impactos ambientais e sociais negativos. Mas a devaluação tem seu preço, segundo o Ministério Público Federal, 1 kg de ouro representa cerca de R\$ 1,7 milhão em danos ambientais, gerando um custo ambiental dez vezes maior que o preço real do ouro.

Mais de 80% do ouro retirado da Amazônia (WWF, 2018) tem como destino a Europa (39%) e a América do Norte (44%). Cerca de 66% do ouro “sobre a terra” está no setor de joias, barras e moedas. Os bancos nacionais ou comerciais também adquirem uma parte substancial dele na forma de reservas (17%). 81% do ouro sai do triplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru e 69% deste ouro vai para outros três países, Canadá, Suíça e EUA.

Nos últimos anos, o comércio ilegal de ouro cresceu, com facções do crime organizado empregando meios sofisticados para retirar quantidades significativas de ouro da região amazônica. Esses grupos frequentemente usam documentos falsos e subornos para não serem notados pelas autoridades.

A campanha de rádios “Qual é o preço do Ouro? Benefício de poucos, prejuízo de muitos!” é uma realização da REPAM-Brasil, com apoio de rádios locais na Amazônia.



VINTE ANOS DO ATL: REPAM-BRASIL PARTICIPA DE MARCHA DOS POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA

A Secretaria Executiva da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) participou da Marcha “Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui!”, promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A mobilização, que reuniu mais de 9 mil pessoas, seguiu em direção a Esplanada dos Ministérios, reivindicando demarcação de terras, garantia dos direitos aos povos originários e o fim da violência nos territórios.

A mobilização saiu do Eixo Cultural Ibero-americano (Complexo Cultural Funarte), onde ocorre a 20ª edição do evento e seguiu até a Praça dos Três Poderes.

Com o tema “Nosso Marco é Ancestral: Sempre estivemos aqui!”, a 20ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) iniciou na segunda-feira, 22 de abril, e seguiu até 26. O evento reuniu lideranças e representantes de cerca de 200 povos do Brasil e 40 de outros países.

INDÍGENAS DIVULGAM CARTA AOS TRÊS PODERES DO ESTADO DURANTE ATL

A mobilização indígena divulgou uma carta reunindo as reivindicações reunidas no Acampamento Terra Livre, em Brasília (DF). Entre as pautas elencadas com destaque pelos povos originários está o direito à terra, expressa na exigência por demarcações e pelo fim da tese anti-indígena do “marco temporal”.

Organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas organizações de base, o evento deve



receber cerca de 8 mil indígenas de 200 povos de todas as regiões e biomas do país, além de uma delegação de lideranças internacionais. O ATL 2024 ocorre até a próxima sexta-feira (26), na Fundação Nacional de Artes (Funarte), em Brasília (DF).

“Nosso tempo é agora, urgente e inadiável. Enquanto se discute marcos temporais e se concede mais tempo aos políticos, nossas terras e territórios continuam sob ameaça”

Em carta endereçada aos Três Poderes, intitulada “Vinte anos de Acampamento Terra Livre e a Urgência da Ação”, os indígenas destacam que as ameaças aos seus territórios, culturas e direitos persistem, reforçadas pelo contexto do ano mais quente já registrado na história, evidenciando a contínua emergência indígena.

“Nosso tempo é agora, urgente e inadiável. Enquanto se discute marcos temporais e se concede mais tempo aos políticos, nossas terras e territórios continuam sob ameaça”, asseguram os indígenas no documento divulgado no primeiro dia do evento.

Em outra parte da carta, referindo-se à Lei 14.701/2023, os indígenas afirmam: “Basta de genocídio legislado! Nossos direitos não podem ser negociados e ninguém tira os Direitos Indígenas da Constituição”. A lei foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2023, determinando a aplicação do marco temporal para demarcações de terras indígenas – e ignorando o fato de que esta tese já foi definida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

“Os indígenas apontam que a promulgação da lei tem promovido diversos ataques contra os direitos dos povos indígenas”

Os indígenas apontam que a promulgação da lei tem promovido diversos ataques contra os direitos dos povos indígenas. A paralisação das demarcações de terras indígenas também agrava esse cenário de violência.

A carta aborda ainda outros 25 pontos com as reivindicações do Acampamento Terra Livre, 20024, destinadas ao Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Leia na íntegra abaixo ou [ACESSE O PDF](#) da carta:

VINTE ANOS DE ACAMPAMENTO TERRA LIVRE E A URGÊNCIA DA AÇÃO

**CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL AOS TRÊS PODERES DO ESTADO
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE, BRASÍLIA, 22 DE ABRIL DE 2024**

Ao marcar os vinte anos de luta e resistência do Acampamento Terra Livre, a maior manifestação indígena do Brasil, redigimos esta carta no contexto de um momento crucial para os povos indígenas do Brasil. Apesar da recente mudança de governo, as ameaças aos nossos territórios, culturas e direitos persistem, reforçadas pelo contexto do ano mais quente já registrado na história, evidenciando a contínua emergência indígena. Seguimos afirmando a URGÊNCIA para as demarcações de nossas Terras! Presidente Lula, não queremos viver em fazendas! A proposta feita de comprar terras para assentar nossos povos afronta o direito originário de ocupação tradicional assegurado pela Constituição Federal de 1988. Já estamos no segundo ano de Governo, e as suas promessas sobre demarcações continuam pendentes. Rui Costa, Ministro Chefe da Casa Civil, segue “mandando” sobre as homologações de Terras Indígenas e não podemos admitir esta situação.

Em recente declaração do presidente Lula, foi



mencionado que os governadores precisam de “um tempo” para negociar sobre as demarcações de terras indígenas. Mas e o nosso tempo, os tempos dos povos indígenas? Nosso tempo é agora, urgente e inadiável. Enquanto se discute marcos temporais e se concede mais tempo aos políticos, nossas terras e territórios continuam sob ameaça, nossas vidas e culturas em risco e nossas comunidades em constante luta pela sobrevivência. Não podemos simplesmente dar um tempo enquanto nossos direitos fundamentais estão sendo negligenciados. O tempo que queremos é o tempo de ação imediata, onde cada segundo conta para honrarmos nossa ancestralidade e para proteger o futuro de nossas gerações e da humanidade.

Basta de genocídio legislado! Nossos direitos não podem ser negociados e ninguém tira os Direitos Indígenas da Constituição! A entrada em vigor da Lei nº 14.701/2023 é o maior retrocesso aos nossos direitos desde a redemocratização e resulta no derramamento

de sangue indígena em todo o país. O assassinato da Pajé Nega Pataxó Hã-Hã-Hãe pelo atentado de milicianos contra a retomada do território Caramuru-Paraguaçu, na Bahia, é 1 exemplo disso. A nova lei proporciona a “legalização” de crimes e premia os invasores dos territórios. Apenas no primeiro mês da Lei nº 14.701/2023, a expansão do agronegócio e o arrendamento de terras para monoculturas e garimpo causaram 09 assassinatos de indígenas e 23 conflitos em territórios localizados em 07 estados e 05 biomas. A bancada do boi e da bala atenta contra nossas vidas e territórios e quer tirar os direitos indígenas da Constituição, mas o STF reafirmou que nossos direitos originários não podem sofrer retrocessos.

Enquanto eles querem passar a boiada, nós aldeamos o Estado! Depois de muita luta e articulação da Campanha Indígena, elegemos a Bancada do Cocar no Congresso Nacional e ocupamos pela primeira vez cargos de alto escalão no Governo Federal e em Governos



Estaduais. Mas, para seguir ocupando espaços de poder, precisamos da regulamentação das ações afirmativas para enfrentar o racismo institucional. Dessa forma, reconhecemos os esforços do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça em garantir reserva de fundos e de propaganda eleitoral para candidaturas indígenas e de pelo menos 3% das vagas para indígenas em concursos públicos para a Magistratura. Contudo, precisamos que os 3 Poderes se comprometam com a regulamentação imediata e com a ampliação de cotas para pessoas indígenas em todos os concursos públicos. Alguns veículos de comunicação têm dito que o ATL excluiu a presença de Lula na mobilização, mas na verdade quem está sendo excluído são os povos que não têm tido suas Terras demarcadas. Na iminência da Amazônia brasileira sediar a COP 30, temos pouco a comemorar enquanto nossos direitos territoriais e nossos saberes ancestrais não forem compreendidos como a principal solução para a emergência climática.

Diante desta realidade inegável, esta carta, endereçada aos três poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário –, carrega as exigências e urgências do nosso movimento. Nós da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com todas as nossas organizações regionais de base (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste), a Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu), a Comissão Guarani Yuyrupa, a Coordenação das Organizações In-

dígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Conselho do Povo Terena) buscamos medidas efetivas que assegurem a proteção e o fortalecimento dos direitos indígenas, alinhadas com a dignidade e a justiça historicamente reivindicadas por nossos povos.

AO PODER EXECUTIVO

1. Demarcação imediata das Terras Indígenas Morro dos Cavalos (SC), Toldo Imbu (SC), Xucuru Kariri (AL) e Potiguara de Monte-Mor (PB), anunciadas entre as terras indígenas que seriam homologadas nos primeiros 100 dias de mandato, conforme indicado no relatório do Governo de Transição.
2. Finalização do processo de demarcação das 23 Terras Indígenas cujos processos administrativos de demarcação aguardam apenas a portaria declaratória, e que estão na relação enviada pelo Ministério dos Povos Indígenas ao Ministério da Justiça à época da reforma ministerial de 2023.
3. Determinação política e dotação orçamentária para o prosseguimento da demarcação, homologação, proteção e garantia da posse plena e permanente de TODAS as Terras Indígenas existentes em todas as regiões e biomas do Brasil: Cerrado, Pampa, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Amazônia.
4. Fortalecimento do Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI e Sesai com dotação orçamentária robusta e compatível com os desafios de fortalecer as políticas e ações voltadas para os povos indígenas.



5. Maior empenho do Governo Federal para interromper a agenda anti-indígena no Congresso Nacional, com compromisso concreto da Casa Civil e do Ministério de Relações Institucionais e das lideranças do Governo no Parlamento, no Senado e na Câmara dos Deputados.
6. Garantir o fortalecimento do Subsistema da Saúde Indígena por meio da Sesai e impedir a municipalização das políticas e ações voltadas para os povos indígenas na área da saúde. Garantir, no âmbito de quaisquer políticas públicas de saúde, o Controle Social para a Saúde Indígena, com a participação efetiva dos Conselhos Locais, Distritais, Fórum de Presidentes dos Condsi's e do movimento indígena.
7. Criar a Secretaria Específica para a Educação Escolar Indígena, no âmbito do Ministério da Educação, para a gerir as políticas públicas voltadas para os povos indígenas e articular um Sistema Próprio, composto por equipes formadas por indígenas e especialistas, assegurando recursos financeiros específicos para implantação e funcionamento do Sistema, valorização dos profissionais e formação continuada.
8. Introduzir o Ensino Médio e Técnico Profissionalizante nas escolas indígenas, proporcionando uma formação mais abrangente e alinhada com os projetos societários dos povos indígenas. Bem como garantir o acesso e a permanência de estudantes indígenas ao ensino superior e à pós-graduação, com inclusão dos saberes tradicionais e línguas indígenas nos planos político-pedagógicos.
9. Assegurar a auto aplicabilidade da Convenção 169 da Organização Internacional Do Trabalho (OIT), no tocante ao direito de consulta livre, prévia e informada sobre quaisquer medidas administrativas e legislativas que nos afetem, tais como a instalação de empreendimentos nos nossos territórios, que nos exclui da fase de planejamento, monitoramento e avaliação, e políticas diversas decorrentes na nova economia verde. É fundamental que o governo respeite os protocolos comunitários produzidos coletivamente pelos nossos povos.
10. Garantir a implementação efetiva dos espaços institucionais de participação e do controle social, respeitando a autonomia dos nossos povos e das suas instâncias legítimas de representatividade.
11. Instituir uma Política de segurança e proteção territorial específica que priorize a repressão e eliminação rigorosa de todo tipo de organizações criminosas que acirram conflitos e a violência contra os nossos povos e territórios, intimidando as nossas comunidades, perseguindo e assassinando as nossas lideranças.
12. Reestruturar de forma efetiva o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), de modo que haja adequação orçamentária ne-



cessária, seja considerada a especificidade das lideranças indígenas ameaçadas, seja dada atenção por parte do Governo Federal aos problemas políticos nas relações com estados federados e órgãos de segurança pública para a implantação de medidas protetivas e se consiga estabelecer um diálogo pedagógico com o Sistema de Justiça para sensibilizar e instrumentalizar os operadores do Direito a respeito da pauta dos defensores e defensoras de Direitos Humanos.

13. Financiar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas como alternativa comunitária de conter o avanço da mineração industrial e do garimpo em terras indígenas.
14. Implementar medidas para eliminar os impactos da cadeia de produção e exportação de commodities nos territórios indígenas, incluindo a adoção de um sistema nacional de rastreabilidade e o endosso a regulações internacionais que busquem promover a cadeias produtivas livres de desmatamento e de violações de direitos. Além disso, refutar acordos bilaterais ou multilaterais que promovam a expansão da fronteira agrícola, como o Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia.
15. Fomentar a sustentabilidade econômica dos nossos territórios, estimulando e financiando as múltiplas formas de produção indígena. Uma forma eficaz de promover a proteção

territorial contra os arrendamentos, a agricultura extensiva que utiliza agrotóxicos e as invasões de grileiros, madeireiros e diversas organizações criminosas. Precisamos gerar renda e valorizar os conhecimentos ancestrais de nossos povos que vivem em equilíbrio com o meio ambiente há gerações.

16. Criar políticas públicas específicas para mulheres, jovens e pessoas indígenas em contexto urbano, com a finalidade de enfrentar as vulnerabilidades vivenciadas, considerando as diversidades e a organização social de cada povo.
17. Impulsionar a descarbonização da matriz energética brasileira, com incentivo às energias renováveis que previnam e reparem danos socioambientais, com o devido respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, de modo a proteger nossos modos de vida, tradições e biodiversidades da produção em larga escala de energia. A produção de energia limpa deve, portanto, incluir entre as salvaguardas o controle público do uso da terra, a obrigatoriedade de realização da consulta prévia, do EIA/RIMA, o monitoramento dos empreendimentos e a reparação integral dos danos causados.
18. Consolidação da experiência do Comitê de Desintrusão, derivado das conquistas judiciais do movimento indígena na ADPF 709, em política pública de Estado, que regulamente e preve-



ja orçamento para a desintrusão de todas as terras indígenas invadidas.

19. Esforço interministerial para a implementação da Convenção de Minamata no Brasil, garantidos os espaços para a efetiva participação indígena neste processo e o compromisso do Poder Público com a apresentação de medidas e respectivo orçamento para a recuperação dos territórios indígenas contaminados pelo mercúrio utilizado no garimpo ilegal.

AO PODER LEGISLATIVO

1. Retirada de tramitação e arquivamento definitivo das Propostas de Emenda à Constituição que desconstitucionalizam os direitos indígenas, a exemplo da PEC 132/2015, PEC 48/2023, PEC 59/2023 e PEC 10/2024, tendo em vista que os direitos indígenas são cláusulas pétreas e não podem sofrer retrocessos mesmo na forma de propostas de emenda à Constituição Federal.
2. Interromper o genocídio legislado e aprovar projetos de lei que garantam direitos aos povos indígenas, tornando a PNGATI uma política de Estado (PL 4347/2021), reconhecendo os Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (PL 3514/2019), viabilizando medidas de enfrentamento às violências contra as mulheres indígenas (PL 4381/2023) e garantindo cotas para pessoas indígenas em concursos

públicos federais, estaduais e municipais (PL 4386/2019, PL 5.476/2020 e PL 1.958/2021).

3. Ratificação do Acordo de Escazú pelo Estado brasileiro, para comprometer o Brasil internacionalmente com a defesa do meio ambiente e de seus defensores e aumentar a transparência e a participação social na tomada de decisões ambientais e climáticas.

AO PODER JUDICIÁRIO.

1. Declaração imediata da inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023 pelo STF para conter as violências contra os povos indígenas, reafirmando o Direito Originário e excluindo em definitivo a aplicação da tese do Marco Temporal, em consonância com a decisão do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365.
2. Regulamentação já da Consulta em que o TSE reconheceu o direito de candidaturas indígenas à reserva de fundos e de propaganda partidária, para impulsionar o aldeamento da política institucional a partir das eleições municipais de 2024, ampliando a bancada do cocar nos Poderes Legislativo e Executivo. Além da autodeclaração das candidaturas indígenas, o movimento indígena reivindica que haja a declaração de lideranças indígenas que atestem o pertencimento étnico da pessoa candidata segundo os usos, costumes e tradições de cada povo.



3. Garantir o acesso à justiça dos povos indígenas, por meio da obrigatoriedade de atuação de intérpretes das línguas maternas e da elaboração de laudo antropológico que leve em conta o entendimento da comunidade indígena sobre a conduta típica imputada pela justiça criminal e observe

ossos mecanismos próprios de julgamento e punição.

SEM DEMARCAÇÃO NÃO HÁ DEMOCRACIA!

DIGA AO POVO QUE AVANCE!

NOSSO MARCO É ANCESTRAL

SEMPRE ESTAREMOS AQUI!





1ª CAMINHADA PELOS DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS EM PARINTINS

Na segunda-feira, 20 de abril, a Diocese de Parintins realizou, em parceria com o Instituto Federal do Amazonas, uma Caminhada pelos direitos dos povos originários, na qual reuniu escolas e as pastorais e outros seguimentos da Diocese.

Neste mês de abril, dedicado aos povos indígenas, na Diocese de Parintins ocorreram diversos momentos em alusão a valorização aos povos indígenas, e esta caminhada foi uma iniciativa do IFAM durante o V Encontro de Valorização dos Povos Indígenas: luta pelos direitos indígenas em Parintins, onde a diocese e seus seguimentos participaram dos momentos tanto acadêmicos quanto religioso.

A caminhada teve início na praça da Catedral de Parintins e seguiu até o Bumbódromo. Foi um momento celebrativo que teve a participação de professores e alunos do IFAM campus Parintins e da Escola de Áudio Comunicação “Padre Paulo Manna”, representante do Centro Educativo Nossa Senhora das Graças e Associação Dom Gino, Cáritas Diocesana, representantes da Associação Folclórica Boi Bumbá Caprichoso, além do apoio da Polícia Militar e Prefeitura de Parintins.



EXPEDIENTE

Boletim da REPAM-Brasil

Ano 5 - Edição 2 – maio de 2024

Publicação Digital

Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil

Presidente: Dom Euaristo Pascoal Spengler

Vice-presidente: Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretária Executiva: Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Ecônomo: Monsenhor Nereudo Freire Henrique

Coordenadora de Projetos: Arlete Gomes

Articuladora: Dorismere Vasconcelos

Analista de Comunicação: Ana Caroline Lira

Analista Financeira: Denyse Leite

Assistente Administrativo: Antonio Lisboa

Assessor Jurídico e de Incidência Política: Melillo Dinis

Elaboração e Redação: Ana Caroline Lira

Projeto Gráfico e Diagramação: Raul Benevides

Imagens: Arquivos da REPAM-Brasil e Shutterstock

Contato

www.repam.org.br

comunicacao@repam.org.br

(61) 3447-4117 ou (61) 98595-5278

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CAFOD
Catholic Agency for
Overseas Development

